



Jornal da APUFPR

INFORMATIVO AUTONOMIA E LUTA - BIÊNIO 2025/2027 - EDIÇÃO 01 - AGOSTO/2025

SEDE ADMINISTRATIVA:
R. Dr. Alcides Vieira Arcoverde,
1.193. Jardim das Américas.
CEP: 81.520-260 - Curitiba-PR

apufpr.org.br

APUFPR RETOMA MOBILIZAÇÕES POR AVANÇOS SOCIAIS E REORGANIZA A LUTA SINDICAL



PRIMEIRAS AÇÕES DE NOVA DIRETORIA FORTALECEM DECISÕES COLETIVAS, APOSENTADORIA E GRUPOS DE TRABALHO. *Leia nas páginas 2, 3, 6 e 7*



Recuperar o sindicato em um cenário ameaçador

Com o desaquecimento da economia brasileira, as escolhas de desindustrialização, reprimarização e favorecimento do rentismo financeiro acumulam ameaças aos direitos sociais e à qualidade de trabalho dos servidores públicos. Para o governo e as empresas privadas, a educação não faz parte da prioridade do orçamento.

Alternativas de desenvolvimento que passem pelo fortalecimento da Universidade precisam ser disputadas coletivamente, para enfrentar a dependência tecnológica e garantir um desenvolvimento homogêneo aos brasileiros.

Tendo em vista a impossibilidade de negociação individual entre você (servidor/a) e o Estado, apenas a organização coletiva sindical tem alguma chance de recuperar os investimentos para a educação pública e os salários de professores/as e técnicos/as.

Parece óbvio, mas recuperar o sindicato com autonomia frente a governos e reitorias é condição para as lutas por salário, carreira, condições de trabalho e melhora nas aposentadorias. Um sindicato amigo do governo e do Reitor não pode defender docentes dos perigos que vêm cercando a educação.

O boicote ao funcionamento do sindicato tem relação intrínseca com o enfraquecimento do poder de negociação dos/as docentes. É por isso que a gestão Autonomia e Luta, escolhida pela categoria docente em 2025, precisa reconstruir os espaços esvaziados nos últimos períodos, como o CRAPUFPR, as assembleias gerais, os Grupos de Trabalho (GTs) de Carreira, Seguridade Social, Políticas Educacionais, entre outros.

Apenas a nossa participação em espaços democráticos do sindicato é capaz de propor soluções aos problemas nacionais e locais que se agravam diante dos cortes orçamentários. A situação econômica e política não está favorável, e agora, mais do que nunca, um sindicato forte e com compromisso com nossa classe é a única forma de resistir ao desmonte do ensino superior.

A gestão que se inicia busca recuperar o caráter político do sindicato, na defesa dos/as docentes e de um projeto nacional de desenvolvimento, com menos concentração de renda e terra, com mais produção de conhecimento e tecnologia para o conjunto da sociedade.

A APUFPR é uma das maiores e mais respeitadas Seções Sindicais do ANDES/SN no país. Ela esteve envolvida com todas as grandes conquistas na carreira docente e na organização da Universidade. Recuperar sua autonomia e compromisso inegociável com os interesses da categoria é a melhor estratégia para enfrentar a conjuntura desfavorável e recuperar nossos direitos do trabalho. A Universidade pública constrói o país.

Professora Gabriela Caramuru Teles
DIRETORA DE IMPRENSA

DIRETORIA APUFPR BIÊNIO 2025-2027



Claudia Mendes Campos
Presidente



Vitor Marcel Schühli
Vice-Presidente



Sandra Mara Alessi
Secretária Geral



Marise Fonseca dos Santos
Primeira Secretária



Francisco de Assis Marques
Tesoureiro Geral



Afonso Takao Murata
Primeiro Tesoureiro



Luiz Allan Kunzle
Diretor Administrativo



Lennita Oliveira Ruggi
Diretora Cultural



Renata Ballenzani
Diretora de Esportes



Gabriela Caramuru Teles
Diretora de Imprensa



Roberto Gonçalves Barbosa
Diretor Jurídico



Aline Mendonça Fraga
Diretora Social

EXPEDIENTE

O **JORNAL DA APUFPR** é uma publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), com distribuição gratuita entre os filiados e filiadas da entidade // Edição 01 – Agosto 2025 // Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1.193, Jardim das Américas // CEP: 81.520-260 – Curitiba – PR // Telefone: (41) 3151-9100 // www.apufpr.org.br // recepcao@apufpr.org.br // Jornalistas responsáveis: André Nishizaki (MTb 2.586/PR) e Sabrina de Ramos (MTb 13.113/PR) // Redação e edição: André Nishizaki // Diagramação: Ctrl S Comunicação // Fotografias: Acervo APUFPR e Alex Sander Fotografia // Tiragem: 4.000 exemplares // Impressão: Gráfica Mundo Impresso // Circulação: Distribuição gratuita.



APUFPR-SSIND
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPR

Assembleia Geral convida pró-reitora para debater permanência estudantil



Por decisão da Assembleia Geral da APUFPR-SSind, acontece no dia 18 de agosto uma reunião ampliada com a presença da Pró-reitora de Graduação e Educação Profissional (PROGRAP), professora Andrea do Rocio Caldas, para a discussão de questões relacionadas às licenciaturas. Foram convidados/as a participar os/as coordenadores/as de curso de graduação, especialmente das licenciaturas, além da comunidade estudantil e dos/as TAE's.

Durante a Assembleia Geral, no último dia 19 de maio, docentes manifestaram a preocupação com as mudanças promovidas por uma Resolu-

ção do Conselho Universitário (Coun) nas regras para a Área Básica de Ingresso (ABI), que permitia ao estudante optar entre o bacharelado e a licenciatura durante a realização do curso.

Com a mudança, a opção entre as duas áreas de formação deve ser feita já na inscrição para o vestibular, com a oferta de dois cursos, na prática, distintos. Os/as docentes relataram que a medida irá impactar o ensino na UFPR de diferentes formas, em especial, com uma provável redução do número de estudantes em cursos de licenciatura.

"A realização deste debate na Assembleia Geral e no CRAPUFPR demonstra a importância

dos órgãos diretivos de nossa Seção Sindical, na definição de uma pauta relevante para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral", disse a presidente da APUFPR, professora Claudia Mendes Campos.

Outras pautas propostas para discussão com a Pró-reitora envolvem temas como o elevado custo do vestibular para os/as candidatos/as; o teor da Resolução 4/2024 do CNE-MEC; a evasão de estudantes; e o fechamento de vagas em alguns cursos, em especial, nos campi avançados. A reunião ampliada no auditório da APUFPR acontece a partir das 16 horas, do dia 18 de agosto.

POLÍTICA NACIONAL

DEFINIDOS MEMBROS DE DELEGAÇÃO DA APUFPR NO 68º CONAD

A delegação que representou a APUFPR no 68º Conselho do ANDES-SN (CONAD), que aconteceu em Manaus (AM), entre os dias 11 e 13 de julho, foi escolhida em votação durante a primeira Assembleia Geral realizada pela nova diretoria, no último dia 19 de maio, na sede da Seção Sindical.

Por aclamação, foi eleita como delegada a presidente da APUFPR, professora Claudia Mendes Campos, que teve direito a voz e voto. Como observadores, foram escolhidos/as os/as docentes Leandro Portz, de Palotina; Raimundo Tostes, de Jandaia do Sul; Victor Marcel Schüllli e Renata Bellenzani, de Curitiba; e Antonio Gordin, representando os (as) aposentados (as).

O CONAD é uma instância deliberativa fundamental para a organização e a luta docente, permitindo a participação democrática na definição das estratégias e ações do ANDES-SN. Dentre as atribuições do Conselho, estão as discussões e deliberações sobre os planos de luta do Andes-SN; a decisão sobre questões organizativas e financeiras; e a fiscalização da execução política e financeira da entidade.



Mobilização nacional pelo cumprimento integral do Acordo de Greve



Perante o não cumprimento integral do Acordo de Greve, o ANDES-SN convocou no último dia 26 de junho o Dia Nacional de Luta pelo Cumprimento Integral do Acordo de Greve. A APUFPR realizou um ato, no pátio da Reitoria, em que reuniu docentes, estudantes e técnicos administrativos. Convidado, o reitor Marcos Sunye também esteve presente.

SITUAÇÃO DO ACORDO DE GREVE

(Fonte: Relatório ANDES-SN, 27.05.2025)



CLÁUSULAS CUMPRIDAS COM ATRASO:

- » Reajuste salarial em duas etapas (janeiro/2025 e abril/2026);
- » Correção de distorções no Plano de Carreiras e Cargos;
- » Aglutinação das classes iniciais em uma única classe.
- » Alteração gradual dos steps em duas etapas (2025 e 2026)
- » Suspensão dos recursos contra a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos inativos. Decisão do STJ.



CLÁUSULAS CUMPRIDAS PARCIALMENTE:

- » Regulamentação dos encargos dos docentes EBTT.
- » Padronização nacional para a progressão dos docentes.



CLÁUSULAS PENDENTES:

- » Criação de GT e debate sobre o reenquadramento de aposentados, entrada lateral para egressos/as de outras IFES e insalubridade.
- » Liberação do controle de frequência para o magistério EBTT.
- » Recomposição do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC).
- » Discussão de outras pautas não remuneratórias em foro adequado.

NA LUTA CONTRA A “PLATAFORMIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O CRAPUFPR discutiu e decidiu se aliar à APP-Sindicato nas medidas de mobilização contra a “plataformização” do ensino fundamental e médio, que tem sido implementada pela Secretaria de Estado da Educação.

O governador Ratinho Junior tem imposto o uso de plataformas digitais nas atividades escolares, impactando negativamente na forma como o ensino e a aprendizagem são desenvolvidos em sala de aula.

Sob pressão, assédio e perseguições, os (as) docentes sofrem cobranças de metas absurdas, sem preocupação efetiva com o aprendizado dos/as estudantes. Os números de adoecimentos têm crescido exponencialmente, com dados alarmantes sobre a saúde mental das professoras e dos professores.

Em menos de uma semana, entre maio e junho, duas mortes de docentes no ambiente escolar chamaram a atenção da sociedade paranaense. As professoras Silvanaide Monteiro Andrade, do Colégio Cívico-Militar Jayme Canet, e Rosane Maria Bobato, do Colégio Estadual Santa Gemma Galgani, ambas de Curitiba, faleceram vítimas de mal súbito enquanto exerciam atividades pedagógicas.

Em publicação nas redes sociais, a diretoria da APUFPR condenou a plataformização e mercantilização da educação.

Recuo do governo em nada ameniza crise financeira das IFES



Os recentes ataques ao orçamento em nome do Arcabouço Fiscal configuram apenas mais um capítulo no projeto neoliberal – intensificado durante o governo da extrema direita – de desmonte das instituições federais de ensino superior que já dura décadas. Desta vez, porém, o governo federal foi obrigado a recuar diante da forte reação da comunidade acadêmica, do movimento sindical liderado pelo ANDES-SN e dos próprios reitores e dirigentes de IFES.

“O governo federal faz malabarismos para tentar sustentar um projeto de Arcabouço Fiscal extremamente prejudicial ao país, que privilegia o financiamento da dívida pública e o sistema financeiro especulativo, em lugar de priorizar os investimentos em áreas estratégicas como a educação e a saúde”, avalia a presidente da APUFPR, professora Claudia Mendes Campos. “A educação não pode continuar sendo relegada a segundo plano pelo governo federal”.

No final de abril, o governo federal editou a Medida Provisória 12.448/2025 impondo forte contingenciamento orçamentário às IFES, com cortes de 30% dos recursos e número de repasses reduzido. Mas teve que voltar atrás diante da pressão exercida pelas Universidades. Com a Medida Provisória 12.477/2025, restabeleceu no final de maio os repasses nos valores de 1/12 mensais e anunciou uma recomposição orçamentária de R\$ 400 milhões, como compensação pelos cortes promovidos na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano.

As medidas, porém, estão longe (mas muito longe) de amenizar a situação de crise financeira a que as IFES estão sendo submetidas ao longo de anos. O recuo do governo apenas deixa o cenário menos ruim. “Estas (novas) medidas atenuam o problema, que é insustentável, mas não oferecem um horizonte para a ampliação da capacidade de investimento das instituições federais”, afirma o Pró-reitor de Orçamento e Administração (Proad) da UFPR, professor

Saulo Lima Silva Filho, em entrevista ao “Jornal da APUFPR”, feita por troca de e-mails.

Para se ter ideia da gravidade, o valor nominal do orçamento de 2025 é próximo ao de 2015, porém, sem a reposição inflacionária, que, de janeiro de 2015 a dezembro de 2024, alcançou o índice de 74,9%, segundo cálculos apresentados pelo Pró-reitor.

Silva Filho explica que os valores do orçamento atual da UFPR destinados ao custeio são de apenas R\$ 161 milhões. É este o valor que mais tem sido depreciado nas medidas de cortes orçamentários. “A situação ideal do custeio seria de pelo menos o dobro”, estima. “Além da limitação orçamentária, o contingenciamento imposto afeta a capacidade de utilização dos recursos durante o exercício”, reclama.

O Pró-reitor diz ainda que, para agravar a situação, o orçamento das IFES foi também vítima da crise política entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. “É preciso observar que os valores previstos no projeto (original) do

governo federal eram maiores do que foi aprovado no Congresso. A educação superior teve também recursos drenados para as emendas parlamentares, sejam de bancada, impositivas e de relator”, ressalta.

A opção para economizar na UFPR tem afetado diretamente a infraestrutura e os prédios dos campi, conforme admite o Pró-reitor. “As principais áreas que sofreram corte foram as de atividades-meio, em especial, as voltadas à manutenção predial e investimentos tanto na estrutura física quanto em equipamentos”, destaca. Em outras palavras, além do ensino, o desmonte das IFES ameaça também o conforto e a segurança da comunidade acadêmica.

Recuperar a capacidade de investimento para as Universidades é defender a educação na prática. O desmantelamento do ensino superior público por restrição de recursos indica escolhas erradas que agravam a situação econômica do país e dificultam o desenvolvimento nacional.



A educação não pode continuar sendo relegada a segundo plano pelo governo federal”

Professora Claudia Mendes Campos
PRESIDENTA DA APUFPR



As propostas da APUFPR para a valorização da aposentadoria



A definição de diretrizes, estratégias e agenda de trabalho para o resgate da valorização da aposentadoria por meio da mobilização de sindicalizados/as é uma das prioridades da diretoria no biênio 2025-2027. A missão está sob coordenação da secretária geral da APUFPR, professora Sandra Mara Alessi, aposentada do Setor de Ciências da Saúde.

“É preciso mais que uma atuação burocrática para que possamos trazer os aposentados e aposentadas de volta para a nossa Seção Sindical”, declara. “Estamos neste momento executando as ações que definirão, daqui em diante, a nossa participação nas diversas frentes da atuação sindical. Enquanto colocamos em prática as atividades de interesse local, vamos providenciando a adesão às mobilizações nacionais pautada prioritariamente pela agenda do ANDES-SN”, explica.

Nesse sentido, a professora Sandra já tem algumas propostas de pauta, como a ampliação da presença e representação de aposentados/as nos conselhos superiores da UFPR. Atualmente, o grupo participa apenas com uma representação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). De acordo com a secretária geral, é legítima a reivindicação de um assento também no Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD).

Outra ação imediata é a recomposição do Grupo de Trabalho da Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, da APUFPR, para a reinserção do Paraná nos debates de interesse nacional e nos encontros de GT's organizado pelo ANDES-SN com a participação de representantes das Seções Sindicais de todo o país. “Este ponto é fundamental porque faz parte de uma diretiva da atual gestão, que é a reorganização dos Grupos de Trabalho em todas as áreas de interesse dos sindicalizados e sindicalizadas”, destaca.



É preciso mais que uma atuação burocrática para que possamos trazer os aposentados e aposentadas de volta para a nossa Seção Sindical”

Professora Sandra Mara alessi
SECRETÁRIA GERAL DA APUFPR

OUTRAS PAUTAS

A professora Sandra também apresenta como importante pauta de reivindicação o reposicionamento e reenquadramento de aposentados/as na atual carreira como titulares, resguardando a sua posição no nível correspondente ao topo da sua carreira no momento da sua aposentadoria.

A pauta nacional vem encabeçada pelo fim da cobrança da contribuição previdenciária de todos/as os/as aposentados/as do país, uma luta que vem desde 2003, quando foi instituído o desconto. A diretoria também irá incentivar a participação de representantes da APUFPR nas reuniões e encontros nacionais e regionais.

O QUE VEM AÍ

UMA AGENDA INTENSA DE ATIVIDADES PARA O ANO TODO

Palestras durante os Encontros de Aposentados/as, um Café Literário sobre os 100 anos de Dalton Trevisan, um bazar de artes e artesanato e um passeio à chácara da APUFPR ou localidade turística próxima. Estas foram algumas das atividades definidas para acontecerem até o final do ano, conforme deliberação do Encontro de Aposentados/as da APUFPR, no dia 25 de junho.

Os/as presentes ao Encontro de Aposentados/as também decidiram realizar oficinas de escrita criativa, atividades corporais, clube de leitura e troca de livros, oficina de bordados, dentre outras atividades.

COLETIVO DE APOSENTADOS

Outro compromisso fundamental da atual diretoria é a reorganização e valorização do Coletivo de Aposentados, importante foro de debates e de atuação política dos/as aposentados/as da UFPR.

Para a APUFPR, o Coletivo de Aposentados/as deve promover o debate sobre as questões que afetam diretamente o cotidiano de aposentados/as sobre os temas políticos, jurídicos e econômicos.

Começa a reorganização dos Grupos de Trabalho da APUFPR

A atual diretoria já está colocando em ação o plano para a reorganização dos Grupos de Trabalho (GTs) no âmbito da APUFPR-S-Sind, indicando coordenadores e coordenadoras e mobilizando o corpo docente interessado nas atividades do principal espaço de formação sindical e formulação de políticas públicas da comunidade acadêmica vinculada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

“Os GT’s são espaços destinados ao debate de variadas questões do cotidiano dos docentes de todas as IFES”, explica a professora Marise Fonseca dos Santos, do Setor Palotina e primeira secretária da APUFPR, que está à frente do GT de Multicampia e Fronteiras (GTMcF) – na foto da esquerda. “Na prática, os GT’s funcionam nas Seções Sindicais de todo o país, onde promovem reuniões para a discussão dos temas localmente”.

Em etapa posterior, as conclusões são compartilhadas em reuniões nacionais. Estas reuniões ocorrem periodicamente e são integradas por representantes de toda a base das diversas unidades da federação, sob coordenação de membros da direção do ANDES-SN. Atualmente, estão em funcionamento doze GT’s temáticos, criados por deliberação do sindicato nacional. Os temas dos GT’s são:

Política Educacional (GTPE); Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA); Verbas e Fundações; Carreiras; Ciências



e Tecnologia (GTCeT); Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAU); Política de Formação Sindical (GTPFS); História do Movimento Docente (GTHMD); Multicampia e Fronteira (GTMcF); Comunicação e Arte (GTCA); Políticas de classe para as questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual (GTPCEGDS); e Organização Sindical das Oposições (GTO).

As discussões dos GTs oferecem direcionamentos políticos locais e nacionais nas deliberações da diretoria, do Conselho de Representantes e da Assembleia Geral das Seções Sindicais, promovendo e contribuindo com os debates e estudos sobre os diversos temas propostos. “Com os GTs, é possível



aos docentes se atualizarem sem apartar o ativismo sindical da realidade social”, avalia a professora Marise.

Outro GT em formação na APUFPR é o de Políticas Educacionais (GTPE), sob coordenação da professora Mônica Ribeiro, do Setor de Educação. “Infelizmente, os GT’s foram descontinuados na APUFPR nos últimos anos, forçando neste momento uma reorganização de toda a estrutura necessária. Ou seja, estamos recomeçando do zero”, esclarece a professora.

Para recuperar o tempo perdido, a professora Mônica Ribeiro estima que serão necessárias reuniões quinzenais visando estabelecer interlocuções tanto com a comunidade externa à UFPR, como com o GTPE nacional.

REPRESENTATIVIDADE

RENOVAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO CRAPUFPR COMEÇOU EM JUNHO

As chefias de Departamentos da UFPR, ou de instâncias correspondentes, estão mobilizadas para promoverem a escolha de um membro titular e de um suplente para a composição do Conselho de Representantes da APUFPR (CRAPUFPR) para o biênio 2025-2027.

O Edital com as regras e orientações para a escolha dos representantes departamentais, ou das instâncias correspondentes, ainda está disponível no site da APUFPR (www.apufpr.org.br). Caso algum Departamento ou instância equivalente não tenha feito a sua escolha, poderá fazê-lo a qualquer tempo.

Os (as) representantes dos (as) aposentados (as) no CRAPUFPR foram eleitos (as) no Encontro de Aposentados/as de maio. Por aclamação, foram escolhidos o professor Antonio Carlos Gondin, como titular, e a professora Maria Sueli Soares, como suplente.



APUFPR divulga Circular sobre negociações com Unimed-Curitiba

Amil recua e aplica reajuste de 11,49%

As diretorias da APUFPR-SSind, do SINDITEST-PR, da ASUFEPAR e do SINDIEDUTEC-PR informam que, após intenso processo de negociação coletiva e mobilização institucional, a operadora de planos de saúde AMIL aceitou a contraproposta apresentada pelas entidades, com índice final de reajuste fixado em 11,49%. Trata-se de uma importante vitória das categorias, alcançada por meio de argumentação técnica consistente, articulação política e firmeza negocial. O percentual inicialmente proposto pela operadora era de 31,57%, índice que se mostrava flagrantemente desproporcional frente à realidade contratual e ao cenário de mercado.

A drástica mudança de postura da Amil foi resultado da união das entidades representativas, que contrataram uma assessoria jurídica especializada que apresentou os cálculos conforme as cláusulas contratuais. O recuo ocorreu dias após o encaminhamento de uma notificação extrajudicial com ameaça de judicialização da questão.

Curitiba, 28 de maio de 2025.
Circular nº 001/2025 - APUFPR-SSIND
Assunto: Resumo da negociação do reajuste anual do contrato coletivo com a UNIMED CURITIBA

Prezados(as) associados(as) da APUFPR-SSind,

Por meio da presente circular, compartilharemos com vocês um resumo transparente e detalhado sobre a negociação do reajuste anual do nosso contrato coletivo por adesão com a UNIMED CURITIBA, vigente desde 2006.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que assumimos a direção da APUFPR no dia 09/05/25, portanto com pouco tempo para conduzir essa negociação, que foi efetuada pela comissão instituída pelo CRAPUFPR, comissão esta que contou com dois integrantes da atual diretoria.

Inicialmente, a UNIMED propôs um reajuste de 15% e, após várias rodadas intensas de tratativas, informamos que o reajuste definido para o período 2025/2026 foi de 10,45% (dez vírgula quarenta e cinco por cento), com vigência a partir de 1º de junho de 2025.

Sabemos que qualquer aumento nas mensalidades gera preocupação, especialmente em um contexto de brutal defasagem salarial enfrentada pela categoria docente. Por isso, é fundamental contextualizar essa negociação com relação ao cenário nacional dos planos de saúde coletivos por adesão e com os índices econômicos que impactam diretamente o setor.

Em 2023, o índice médio de reajuste dos planos coletivos por adesão foi de 14,25%, e para o ano de 2024, a média nacional alcançou o patamar de 13,8%, conforme dados divulgados pela ANS. Índices acima de 13% têm sido aplicados para o reajuste de contratos coletivos em 2025.

Diante desse cenário desafiador, a APUFPR conseguiu, com muito esforço e diálogo, manter o reajuste abaixo da média nacional dos planos coletivos por adesão. Compreendemos que 10,45% ainda representa um grande impacto no orçamento de cada associado, mas foi o percentual possível em uma negociação que evitou reajustes ainda mais elevados, como o praticado em outros contratos semelhantes no mercado.

Reforçamos aqui nosso compromisso de lutarmos por uma saúde pública de qualidade através do fortalecimento do Sistema Único de Saúde; porém, enquanto não conseguimos atingir esse objetivo, se faz necessário prover às(aos) nossas(os) associadas(os) uma alternativa a essa proposta.

A APUFPR-SSind está comprometida com a defesa dos direitos e interesses de seus associados e suas associadas. Por isso, vamos iniciar um acompanhamento periódico e sistemático do contrato com a UNIMED ao longo do próximo período, por meio de reuniões regulares e estudos econômicos, com o objetivo de analisar a evolução dos custos, a qualidade dos serviços e a sustentabilidade do plano, visando buscar as melhores condições possíveis para nossa categoria.

Seguiremos em esforço conjunto para garantir saúde de qualidade a todos(as) e um contrato cada vez mais justo e equilibrado.

Atenciosamente,

Diretoria da APUFPR-SSind
Gestão 2025-2027

OPINIÃO

O FORTALECIMENTO DO SUS COMO CAMINHO PARA A EQUIDADE EM SAÚDE NO BRASIL

Os planos de saúde privados têm se tornado cada vez mais gananciosos, provando que nunca foram uma alternativa para a garantia do direito à saúde. Os constantes aumentos nas mensalidades, impulsionados por reajustes anuais, inflação do setor médico-hospitalar, judicializações e custos com novas tecnologias, representam a falência de um sistema de interesses meramente mercantilistas e socialmente desequilibrado.

Essa dinâmica leva cada vez mais à convicção de que o único caminho para assegurar o direito de toda a população à saúde é o fortalecimento e ampliação dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que já atende a cerca de 75% da população, representando um dos maiores e mais abrangentes sistemas públicos de saúde do mundo — gratuito, universal e integral.

Desde a sua criação pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem sido um instrumento essencial de democratização do acesso à saúde, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades sociais e promoção da cidadania. Diante da inviabilidade crescente dos planos privados e da fragmentação do sistema de saúde suplementar, o caminho mais justo e viável para o país está na consolidação de um SUS forte e de qualidade.

Diretoria da APUFPR-SSind
Gestão 2025-2027

